

**Nísia Floresta e a educação de mulheres no século XIX, para além do espaço doméstico: educação e literatura para o mundo do trabalho.**

Gabriel Battazza Lonza<sup>1</sup>, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

**Resumo:** Nísia Floresta Brasileira Augusta foi educadora, lutou pelos direitos das mulheres e por uma sociedade igualitária entre os sexos. Escreveu em um século de grandes mudanças sociais, século XIX. Interferiu diretamente na sociedade da época e em sua formação, tendo sido influenciada em sua escrita por autoras feministas da primeira onda do movimento, de autoras do século XVII, uma delas, Cristine de Pizàn. Incutiu suas ideias nos principais meios de comunicação da época, como o jornal impresso: “Brasil Ilustrado”, 1856. Chegou a fundar um colégio, no Rio de Janeiro em 1838, exclusivo para meninas. Este trabalho busca ilustrar a importância histórica da obra de Nísia Floresta na genealogia dos estudos feministas, bem como, sua influência na sociedade brasileira do século XIX. Será fixada atenção especificamente em: “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens” (1832) e “Opúsculo Humanitário” (1853), seus dois primeiros livros.

Palavras Chave: Nísia Floresta; Feminismo; Século XIX.

---

<sup>1</sup> Gabriel Battazza Lonza é graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP e atualmente mestrando do programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, Brasil. E-mail: gabrielsociologo@gmail.com

Nísia Floresta Brasileira Augusta é o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, (1810-1885) educadora, escritora, feminista e ativista nos direitos das mulheres que viveu no século XIX no Brasil e é reconhecida como primeira feminista brasileira.

Tal pseudônimo explica-se de tal maneira, Nísia é o abreviamento de seu primeiro nome herdado do pai, como era costume na época, um português chamado Dionísio Gonçalves Pinto, conhecidamente liberal. Floresta trata-se de uma homenagem ao sítio homônimo onde nasceu a autora no Rio Grande do Norte, Sítio Floresta, Brasileira explica-se por si só e diz respeito à nacionalidade ostentada com orgulho mas não sem crítica por Nísia e finalmente Augusta seria então uma homenagem ao homem com quem escolheu viver até sua morte, Manuel Augusto de Faria Rocha, seu segundo marido e com o qual teve dois filhos.

Nísia além do pai, fazia parte de uma família com mais dois irmãos, Clara e Joaquim Pinto Brasil, o caçula, lembrado com muito carinho em diversos trechos de obras da autora. E sua mãe que chamava-se Antonia Clara Freire e era membro de uma família poderosa do Brasil da época.

Como era costume no Brasil colônia da época, Nísia casou-se com treze anos de idade, provavelmente em um casamento arranjado pela família com o proprietário de terras Manuel Alexandre Seabra de Melo, porém pouco tempo depois, alguns meses, voltou à casa dos pais, separando-se do marido, que a perseguiu por um longo período na justiça buscando reparação para um dito abandono de lar, pois os costumes de início do século XIX e as leis não previam separação por iniciativa da mulher.

Nísia então mudou-se com a família para Pernambuco, ali aos dezoito anos conheceu seu segundo companheiro, Augusto (Manuel Augusto de Faria Rocha), com quem não se casou legalmente, porém viveu junto, teve dois filhos, Lívia Augusta de Faria Rocha nascida em Olinda, Pernambuco e Augusto Américo de Faria Rocha, nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, viveu com ele até sua morte aos 25 anos já em Porto Alegre pra onde a família se mudaria em alguns anos, Augusto é reconhecido pela autora como o seu verdadeiro marido escolhido e seu amor.

O fato de suas mudanças de endereço para três estados diferentes em um tempo relativamente curto para quase meados do século XIX, tem algumas explicações diferentes, poderia Nísia estar fugindo de seu primeiro marido ao qual tudo indica, segundo os costumes da época teriam se unido em um casamento arranjado como citado, e desfeito por Nísia poucos meses depois quando ela voltara à casa dos pais, por ser seu pai liberal teria aceitado a filha de volta, em época que os pais majoritariamente não aceitavam esse possível retorno.

Esse retorno à casa da família, é um ato que causa revolta no marido que a acusou legalmente por abandono e processou-a acusando deste fato.

Outra explicação para as mudanças frequentes da autora em um período de poucos anos, são as revoluções que se passaram no Brasil da época, No Rio Grande do Norte, estado da cidade de Papari onde localizava-se o Sítio Floresta local de nascimento e primeiros anos de vida da autora, a população durante processo de independência do Brasil, recente até então, revoltou-se contra os portugueses ali residentes e passou a persegui-los, sendo este o motivo da mudança da família de Nísia para Pernambuco. Tratam-se de duas explicações diferentes para um mesmo fato devido a falta de registros encontrados que possam delimitar melhor as ações da família da autora e da própria, neste momento de sua vida.

Já em Pernambuco Nísia conhecera Augusto, neste mesmo estado ao qual residia em 1832 aos 22 anos de idade, a autora publica seu primeiro livro intitulado: "Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens", classificado por ela própria como uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, " A Vindication of the Rights of Woman".

Com o companheiro Augusto e a filha Lívia já nascida mudou-se então para Porto Alegre, como não há registros da autora sobre este fato especula-se da mesma maneira como ocorre em outros momentos de mudança de endereço da autora que poderia Nísia estar fugindo de sanções judiciais impostas e requeridas por seu antigo marido que a perseguira na justiça. Poderia também a família da autora estar em busca de melhor oportunidade de trabalho para

Augusto, seu marido, já que este se formara em Direito e em Porto Alegre residia um irmão de Augusto que o convidara para lá exercer sua profissão.

Algum tempo após a morte do marido a autora muda-se para o Rio de Janeiro, a capital do país, talvez devido a Guerra dos Farrapos cujo principal objetivo era separar o Rio Grande do Sul do restante do Brasil.

Um dos principais marcos na carreira da autora acontece nesta época, na capital do país, Nísia funda seu Colégio Augusto para a educação de mulheres, voltado para uma educação de características inovadoras para a época, como por exemplo ter uma diretora brasileira, a própria Nísia, já que era de hábito comum os colégios terem diretores e diretoras de nacionalidade estrangeira, em sua maioria ingleses e franceses.

Em seu colégio chamado Colégio Augusto, além de cursos tradicionalmente ministrados para mulheres na época como bordado e culinária, Nísia ensinava línguas, e discursava às alunas com palavras em defesa do abolicionismo, da instauração da república, do fim da violência contra os índios e defendia uma equidade de gênero já no primeiro meado do século XIX.

Mas para a sociedade da época que escrevia nos jornais, não havia porque encher a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial como esposa e mãe exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que a educação como justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações mais a doutrina cristã, nisso consistia os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos noções de geometria; para as meninas bordado e costura, que lhes servia para a preparação do enxoval.

Educada para o matrimônio e a maternidade, a moça solteira não precisava de muita coisa para ter sua bagagem completa.

Ramalho Ortigão, escritor português afirmava que:

Os conhecimentos indispensáveis à mulher deveriam constar, na educação elementar, dos seguintes ramos de ensino: 1 -

(...) A menina aprenderia, primeiro que tudo, a fazer um caldo. Toda mulher que não sabe fazer um caldo deveria ser proibida de dirigir uma casa. <sup>2</sup>

É importante destacar que nos primeiros currículos das Escolas Normais, a ausência de matérias pedagógicas insinua a ideia de que às mulheres era inerente a arte de educar. Notável é também a preocupação em estabelecer diferenças no currículo para alunos e alunas da Escola Normal, pois seu funcionamento se dava mediante a divisão em turmas separadas a saber: masculina e feminina.

Seu Colégio Augusto passa então desde sua abertura a ser alvo de duras críticas na imprensa, por parte dos conservadores que eram quase totalidade na imprensa, na educação, na política e na sociedade em geral.

Assim após dirigir o colégio fundado por ela mesma durante 11 anos, por determinação médica, após um tombo de cavalo, a autora segue para Europa em companhia da filha no ano de 1849, desembarcando em Paris.

Foi na Europa que Nísia escreveu seus diários de viagem publicando-os em francês e italiano, são eles: "Itinerário de uma viagem à Alemanha" (Itinéraire d'un Voyage en Allemagne.) e "Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia" (Trois Ans en Italie, Suivis d'un Voyage en Grèce).

Na Europa Nísia conviveu com grandes pensadores e intelectuais da época, como por exemplo, Auguste Comte com quem trocou inúmeras correspondências, e do qual foi anfitriã, se tornando nessa fase de sua vida, positivista o que permeou seus pensamentos até o fim de sua escrita e de sua vida.

Nísia permaneceu mesmo durante o amadurecimento de sua escrita sendo uma dura acusadora da real situação da mulher na sociedade, defensora dos

---

<sup>2</sup> Apud "Nosso Século" vol.1, 1900/1910, editor Victor Civita, Abril Cultural, São Paulo, 1980, excertos pp.112

direitos igualitários entre os sexos e da superioridade da mulher em comparação ao homem, principalmente intelectualmente.

A autora se embasava em argumentos que serviriam para classificar as razões da superioridade masculina em detrimento do sexo feminino, invertendo através da mesma lógica usada nesses postulados as verdades impostas e definindo assim a superioridade da mulher em detrimento do homem. Provando que a mulher era apta intelectualmente, mas em muitos casos também fisicamente, para qualquer situação em que um homem estivesse apto e de maneira mais eficiente, Nísia tem uma influência positivista e em determinados momentos utilitarista bem definida em sua obra.

Ferrenha defensora da educação, acreditava e defendia a ideia de que através da educação ocorreria a transformação social a que tanto defendia, brigava e escrevia. Dedicou-se durante toda vida por uma sociedade mais justa entre todos os excluídos e perseguidos, aqueles que estavam à margem da sociedade, defendeu os índios e lutou pelo abolicionismo e pela instituição da República.

Escreveu e publicou em vida quinze livros, entre poesia, prosa, ensaios, cartas e diários de viagem, respeitando em cada um deles seus ideais e misturando ao conteúdo intelectual das obras uma defesa por uma sociedade mais igualitária entre os sexos e entre as classes sociais, impostas e vigentes na época.

Como neste trecho de “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”:

Julgo, pois, ter provado de uma maneira evidente, que não há ciência, empregos e dignidades, a que as mulheres não tenham tanto direito de pretender como os homens; pois que eles não podem alegar outra superioridade que a força do corpo, para justificar o cuidado que tem de arrogar a si toda autoridade e prerrogativas e que não provam outra incapacidade nas mulheres, que possa privá-las de seu direito, senão a que resulta da injusta opressão dos homens, que é fácil refutar. (1989, p. 86)

Sobre a formação de Nísia não existem muitos registros, porém sabe-se que antes dos vinte anos de idade tornou-se fluente em dois outros idiomas, além do seu idioma de origem, fundou um colégio para mulheres e escreveu muito, em várias línguas como Francês, Italiano e Português, em todas suas obras, ela escreve respeitando seus ideais e defendendo sua luta por uma sociedade sem exploração, escravidão e abuso.

Nísia foi uma autora de narrativa intensa e forte, dedicada à educação, ao longo de toda sua trajetória trazia em seus textos a postura de educadora, sendo por vezes impregnada de um sentimento de convencimento do público inspirada no moralismo.

A autora defendeu com uma visão prática de reforma social, um dos principais conceitos instituídos em sua época e por isso bem aceito por diversas pensadoras e pensadores, o fato corrente de que podia-se usar como parâmetro para o nível de desenvolvimento de uma sociedade a situação da mulher nesta determinada sociedade.

A autora veio ao falecimento em 1885, na época com 75 anos perto de Rouen, na França, seus restos mortais foram trazidos ao Brasil e enterrados na antiga Papary no Rio Grande do Norte, sua cidade natal hoje chamada Nísia Floresta em homenagem à nossa ilustre intelectual.

Sobre a produção de Floresta, a primeira obra, *“Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”* (1832), é um texto de acusação e questionamento sobre a divisão sexual do trabalho e o papel social destinado e imposto a mulher na sociedade no início do século XIX. O texto segue tom de indignação acerca dos preconceitos sofridos pelas meninas em relação à educação, e as mulheres em relação ao trabalho e aos cargos públicos de administração da sociedade.

Trata-se a obra publicada pela primeira vez em Recife em 1832, segundo afirma a própria autora na capa, de uma livre tradução do livro *“A Vindication of the rights of woman”* da autora inglesa Mary Godwin Wollstonecraft (1792).

O livro de Mary Wollstonecraft é publicado na Grã-Bretanha um ano antes de Olympe de Gouges ser guilhotinada. Olympe de Gouges (1748-1793) lançou

em 1791 os “*Diretos da Mulher e da Cidadã*” em alusão à versão de 1789, a “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*”<sup>3</sup>, um dos questionamentos de Olympe de Gouges em sua obra, é o porque a revolução negou acesso à participação política para as mulheres.

Olympe de Gouges foi figura de destaque no cenário da revolução e foi guilhotinada por defender os direitos à cidadania para as mulheres além da participação no sistema político.

É nesse contexto que Mary Wollstonecraft publica sua obra na Grã-Bretanha, e dedica o livro ao estadista francês Talleyrand (1754-1838), contrário à cidadania feminina e a emancipação das mulheres.

De 1792 à 1832 durou o intervalo até a obra de Mary Wollstonecraft, traduzida por todo o mundo chegasse ao Brasil pelas mãos de Floresta, não exatamente a obra de Wollstonecraft, mas sim uma livre tradução feita a partir da edição francesa por Floresta e descrita na capa como: “ Traduzido livremente do francês para o português e oferecido às brasileiras e aos acadêmicos brasileiros por Nísia Floresta Brasileira Augusta” (Floresta 1989).

Neste período os países da América Latina, passavam por revoltas e processos longos de reorganização social e principalmente revoluções por independência e pela instituição da República. O Rio Grande do Norte, foi o local de nascimento de Floresta, onde a autora viveu boa parte da infância com a família antes de mudar-se para Olinda, devido à problemas que sofreram pela crescente sensação antilusitanista que tomava conta do Brasil durante o processo de independência de Portugal.

Mais tarde já sem a presença do pai, que foi morto em 1828, a família de Floresta parte para Recife, onde Floresta publica seu primeiro livro em 1832,

---

<sup>3</sup> “Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão: [...]”  
In: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html> Acessado em: 29/06/2017.



porém Recife era um importante centro de impressão e edição do Brasil, sendo assim um centro divulgador de ideias, a família de Floresta de origem portuguesa muda-se então para o Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre.

Floresta publica seu primeiro livro aos 22 anos de idade, após largar o primeiro marido e já com seu companheiro que escolheu e ficou por toda vida, também com dois filhos dessa segunda união. A autora fugia dos padrões da maioria das mulheres de sua época e sua família também era diferenciada dos costumes e imposições da sociedade de início e meados do século XIX (Freyre 2013).

No Brasil era uma nova sociedade em formação que nascia, em processo de independência, acontecem a inauguração das primeiras faculdades com a vinda da corte portuguesa e o mercado editorial recente no país favorecia a distribuição e circulação de livros.

Neste cenário único, o livro de Floresta traz as ideias de igualdade intelectual entre os sexos, requer a primeira obra da autora, o acesso aos cargos públicos e educação científica para mulheres e meninas.

Traduzido originalmente da edição francesa, como nos afirma Floresta (Floresta 1989) a obra traz a *“A vindication of the rights of woman”* de Mary Wollstonecraft, a tiracolo como uma maneira de traduzir comum à sua época e vem com caminho definido por se tratar de assuntos já conhecidos pela divulgação no velho continente do texto de Mary W.

Nísia Floresta realiza uma releitura da obra de Mary W. que não para na fidelidade ao texto e as ideias originais, mas as resgata e as traduz para uma outra realidade, uma outra cultura, o adapta e alinha as demandas sociais femininas do Brasil de seu tempo. Assim como a autora a obra *“Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”*, é fruto de seu tempo.

Mas longe de se rebaixar ao fazer essa adaptação, ou tradução livre, Floresta se coloca em pé de igualdade com a autora inglesa e dessa mesma maneira também põe o Brasil em pé de igualdade com a Europa, fazendo uma conexão próxima do pensar europeu com o pensamento social brasileiro.

A livre tradução de Floresta foi com sucesso, publicada e distribuída em um ambiente completamente desfavorável à emancipação das ideias em favor das mulheres, mesmo sendo seu escopo principal a acusação contra as práticas exploratórias e segregatícias da organização da sociedade que impunha às mulheres o papel propriedade dos homens.

Floresta abre o horizonte para uma maneira feminista de olhar a sociedade e julgar as desigualdades, e o faz utilizando uma lógica científica e racional, criticando as bases dos postulados machistas e do modelo de organização da sociedade que cerceava o desenvolver feminino e tolhia suas potencialidades.

Como afirma a autora em *“Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”*:

[...] Os homens não podendo negar que somos criaturas racionais, querem provar-nos a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos, por uma condescendência cega às suas vontades; eu espero, entretanto que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento e não se submeterão servilmente a um orgulho tão mal fundado. (Floresta 1989)

A crítica ao modelo de exploração patriarcal da sociedade não é o único foco da obra de Nísia Floresta, a autora defende a educação feminina como meio de superar a desigualdade social, também defende a educação para mulheres como forma de transformar a vida das mulheres de sua época, Floresta luta por dignidade para uma vida justa para as mulheres.

A busca por uma conscientização geral a respeito do papel social imposto às mulheres, é assunto presente em todo o texto, principalmente a conscientização das mulheres a respeito de suas capacidades serem iguais as dos homens, intelectualmente até superiores o que as favoreceria em relação a distribuição do trabalho na sociedade.

Justifica Nísia que caberiam às mulheres, os cargos de administração, e aos homens os serviços pesados incluindo participar de guerras e de todos

trabalhos que exigiam mais força e menos intelectualidade. Floresta constrói o pensamento de que é preciso reivindicar o reconhecimento por parte da sociedade de que a mulher era tão capaz quanto, ou superiormente capaz ao homem de desempenhar todas as tarefas desempenhadas por eles na administração social ou em qualquer área.

Diferentemente de Mary Wollstonecraft em *“Vindication of the rights of woman”*, Floresta não fala em revolução nem tampouco em independência econômica para as mulheres, adaptada a realidade brasileira que não vinha de uma revolução e sim de reformas e revoltas, passando no início do século XIX, período conturbado, mas com uma realidade bem diferente da Grã-Bretanha de Mary Wollstonecraft.

Como citado anteriormente, o texto de Floresta, ela o dedica as mulheres brasileiras e aos acadêmicos brasileiros. Nas mulheres Floresta incitava um comportamento mais virtuoso e respeitoso consigo mesmas, pensando na maior potencialidade a ser despertada por um novo modo de olhar e se comportar em relação ao mundo, à família e à sociedade. Um novo modo também de comportamento traria, segundo a autora, a superação da ignorância masculina que ditava as regras sociais.

Sobre os jovens que eram acadêmicos, Floresta via neles uma esperança para além da divisão sexual, de que seriam pessoas esclarecidas o suficiente em seus conceitos para conseguir uma mudança, para criar uma nova atitude em relação à exploração do sexo feminino pelo masculino e assim, de acordo com implementação de um novo modo de pensar, criar-se um costume que modificaria a situação cultural e social de toda a sociedade.

Para que tal situação se desse era preciso que se deixasse as mulheres livres para seu livre pensar e agir, para que pudessem tomar suas decisões e fazerem suas escolhas de acordo com o que melhor julgassem para si, criando possibilidades de acesso à educação para que desenvolvessem ao máximo suas potencialidades e “seus talentos naturais” (Floresta 1989).

Floresta cobra daqueles que se esforçam por manter a situação social desfavorável às mulheres que se não mudassem tal situação que pelo menos, as mulheres conseguissem mais dignidade durante a vida.

Para tal desenvolvimento teórico e metuculoso de julgamento dos postulados da sociedade, praticamente desde sua formação, Floresta parte dos preceitos filosóficos fundamentais do Iluminismo, mais especificamente do primado da razão, ou seja, a crença de que o homem tem uma vantagem única sobre os demais seres vivos porque pode raciocinar, para os iluministas o melhor método para se chegar à verdade.

Partindo desse referencial teórico, Floresta em um esforço contínuo e repetitivo vai aos poucos, mas enfaticamente e de maneira a julgar precisamente, seguindo os próprios argumentos contrários, desmontando sobre sua própria base, toda a argumentação machista e exploratória de divisão social do trabalho.

A autora examina cientificamente a opinião masculina a respeito do assunto:

[...] examinemos pois, por ordem, quais são as ideias gerais que os homens concebem de nosso sexo, sobre que fundamento baseiam suas opiniões e quais são para nós e eles os efeitos do tratamento, que temos recebido, em consequência dessa sua opinião. Examinarei de passagem no curso desse pequeno livro, se há alguma diferença essencial entre os sexos que possa justificar o império que os homens arrogam sobre nós, quais são as causas e como se deve explicar a diferença aparente, que forma sua pretensão.

(Floresta 1989)

Floresta questiona, reivindica, explora os preceitos formados e instituídos de maneira desafiadora, de acordo com a demanda social de seu tempo, luta pela maior igualdade de tratamento para mulheres, desumaniza a relação de exploração social imposta, problematiza as relações de gênero, denuncia a falta de oportunidades para as mulheres e sua exclusão das áreas de maior

importância para a administração da sociedade como a educação e os cargos públicos.

Acusa o preconceito de gênero de ser o responsável pela situação indigna em que vivem as mulheres de seu tempo, refuta os costumes que segundo ela são os grandes responsáveis por toda a situação das condições de vida das mulheres.

Para Floresta trata-se esse costume do costume dos homens de se verem, e se acreditarem como superiores perante o sexo feminino, costume que os faziam acreditar também que tinham direito a tal superioridade:

[...] Se nós quiséssemos dar ao trabalho de remontar à origem desta diversidade de erros populares, poderíamos dar outras causas senão o interesse e o costume? (Floresta 1989)

Floresta questionou os motivos que levaram os homens a pensar de tais maneiras, denunciando o tratamento social e pessoal dado às mulheres e suas limitações impostas. A crítica pelo desprezo com que os homens tratam a função de cuidar dos filhos também foi alvo de sua crítica e acusou os filhos homens de serem ingratos com relação à mãe por serem manifestos assimiladores da cultura vigente e dos costumes.

Para tais análises Floresta buscou entender quais os fundamentos em que os homens se baseiam e baseiam suas ideias, para usarem de imposição e domínio sobre as mulheres e deixa claro que as diferenças que existem entre os sexos são fruto de uma programação cultural, costumes e educação diferentes para mulheres e homens.

Para Floresta as mulheres tinham uma maneira de reagir a tal discriminação e exploração social, essa maneira era se educarem a respeito de tudo e principalmente a respeito de si mesmas:

GT4: Educação, Literatura e Sociedade

[...] Entretanto, não será difícil provar que o conhecimento de nós mesmas e de outras muitas coisas é absolutamente necessário para aumentarmos a persuasão de nossas obrigações morais. Com efeito, a principal razão que se apresenta de que tantas pessoas se deixam arrastar pelo vício e pelo desleixo com tanta precipitação, ou de que praticam a virtude com tanta indolência, é porque não conhecem bem a si mesmos, nem aos objetos que os tocam. (Floresta 1989)

Floresta também valoriza a virtude e a felicidade como parte indispensável da vida privada, da vida pública e dos contratos sociais, a ciência, bem como o livre aprender eram meios necessariamente fundamentais para que tais objetivos fossem atingidos.

E se as mulheres não conseguiam acesso à educação, por isso também não poderiam disputar de igual para igual os cargos públicos, assim faz-se necessário a educação igualitária para que o emprego fosse também de concorrência justa. A solução, portanto, para a desigualdade entre os sexos, começava na educação. Mas para que a educação pudesse ser isenta, era preciso destruir os preceitos discriminatórios e preconceituosos instituídos e vigentes na sociedade.

Preceitos que a autora coloca a título de exemplo em seu texto, como na afirmação abaixo:

[...] Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. (Floresta 1989).

Com essa abordagem Floresta deixa claro que se as mulheres estavam sendo privadas da educação e dos cargos públicos, “do poder e do privilégio”

(Floresta 1989), isso não se dava por falta de merecimento ou de conhecimento, e sim “por falta de um igual espírito de violência, de uma injustiça manifesta e de uma opressão ilegítima como a dos homens” (Floresta 1989).

Sobre os estudiosos que publicaram livros e dedicaram longos anos de estudo sobre a obra de Nísia Floresta, e que são citados na grande maioria dos trabalhos acadêmicos, devem ser destacados: Constância Lima Duarte, Aduino da Câmara e Peggy-Sharpe Valladares.

Aduino da Câmara (1898-1952) escreveu livro histórico e biográfico de Nísia Floresta publicado originalmente em 1941, obra em que descreve as principais ações da educadora em vida e também sua biografia.

Era membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte desde 1927 e também membro da academia Norte-rio-grandense de letras a partir de 1936. Historiador, jornalista, escritor e humanista traz em sua obra: “História de Nísia Floresta” (1941) importante panorama sobre a educadora e também o que foi publicado sobre Nísia desde quando em vida.

Propomos explorar a obra de Aduino da Câmara como importante relato sobre a educadora, porém não nos aprofundaremos nos dados biográficos já que o próprio autor assim como a pesquisadora Constância Lima Duarte já o fizeram. Peggy-Sharpe-Valladares, uma pesquisadora americana de Illinois foi quem encontrou e republicou a obra: “Opúsculo Humanitário.” Trata-se de uma obra composta por artigos publicados em dois jornais nos anos de 1852 e 1853 no Rio de Janeiro, são eles: “O Liberal” e “Diário do Rio de Janeiro”. Artigos que versam prioritariamente sobre a condições da mulher na sociedade e sobre a educação feminina, este livro é o que contém a maior abordagem da educadora sobre o tema da educação feminina em toda sua obra. Os artigos nele reunidos formam o escopo teórico de um panorama sobre a pedagogia feminina de Nísia Floresta e sua aplicação no Colégio Augusto.

Constância Lima Duarte publicou numerosos estudos sobre a vida e obra de Nísia Floresta. Produziu um extenso trabalho biográfico de uma vida rica em produções intelectuais e viagens e também mudanças constantes, rotina à qual Constância retrata com exímio cuidado e dedicação.

Nesta trabalho pretende-se selecionar e destacar os fatores que podem ter sido relevantes para a formação do pensamento nísiano de educação para mulheres e que da mesma maneira podem ter levado a autora a cruzada intelectual feminina que traçou por toda a vida.

### **Referência bibliográfica:**

BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares “Nísia Floresta, o Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural.”. Universidade de São Paulo. 1997.

CÂMARA, Adauto da. “História de Nísia Floresta”. Natal (RN): Dep. Estadual de Imprensa, 1997.

CAMPOI Isabela Candeloro “O Livro ‘Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens’ de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX”.. Universidade Federal do Paraná”, 2011.

DUARTE, Constância Lima. “Nísia Floresta”. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: ed. Massangana, 2010. Coleção educadores.

FLORESTA, Nísia. “Opúsculo humanitário”. Estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valladares. São Paulo: ed. Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_ “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”. Introdução e notas de Constância Lima Duarte. São Paulo: ed. Cortez, 1989.

FREYRE, Gilberto. “Sobrados e Mucambos” – São Paulo : Global, 2013.

ROSA, Graziela Rinaldi “Equidade de gênero em Nísia Floresta. ”. Revista: Sociais e Humanas, Santa Maria, v26, n.03 set/dez 2013, p.529.